



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

307ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 19 de setembro de 2024

ATA DA 307ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 19 de setembro de 2024

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antônio Bortoloso
SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal	UGT - Aparecido Alves Tenório
CONJUR/MPS - Felipe Cavalcante e Silva	CUT - Ari Aloraldo do Nascimento
CONJUR/MPS – Victor Ozêda Alla Bernardino	CTB – Rolando Medeiros
SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	
SRPC/MPS – Tito Calvo Jacheli	
SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho	CNF – Rafael Baldi da Silva
CSB – José Avelino Pereira	CNC – Helio Queiroz da Silva
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNA – Luiz Fabiano de Oliveira Rosa

Palestrante/Convidado
CRPS – Ana Cristina Viana Silveira
MPS – Milana Fontes

Ouvinte/Convidado
Secretaria-Executiva – Taynara Martins Cardoso
Cerimonial – Cícero Laureano
Assessora – Teresinha de Jesus
INSS – Ileana Rita da Costa Silva
INSS – Débora Andrade Floriano
CUT – Eficem Batista de Souza Neto
MPS – Luiz da Silva
MPS – Lucyana Rios Souza
MPS – Thiago Veras
ANEPS – Fabíola
MPS – Renata Brumano
CRPS – Lilian Alencar

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 307ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as). Anunciou os novos membros do CNPS: Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos, membro suplente e Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Sr. Marcelo Caio Ramon e Barros Ferreira, membro titular da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Aprovaram-se as atas da 305ª e da 306ª Reuniões Ordinárias do CNPS por unanimidade dos(as) presentes.

II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Apresentação da evolução dos trabalhos realizados pelo Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). Com a palavra, a **Sra. Ana Cristina Viana Silveira**, Presidente do CRPS, explicou que o Conselho promove a justiça social célere e efetiva e anunciou que, no início da gestão, em janeiro de 2023, eram mais de 2,3 milhões de recursos aguardando julgamento no INSS ou no CRPS, número reduzido para 1,2 milhão até a data da reunião. Listou as melhorias aplicadas no âmbito do CRPS, a saber: alteração de normas; aprimoramentos nos sistemas; mutirões de análise de benefícios; criação de mecanismos internos eficientes; implementação do Projeto Vitória-Régia, para capacitação de trabalhadores; instituição do Gabinete dos Colaboradores em Diligência (GCD); e nomeação de novos conselheiros. Resumiu o fluxo do recurso administrativo previdenciário e reforçou que foram 214 novos conselheiros nomeados em 2024, que se juntaram aos prévios 692 conselheiros. Anunciou que, em 2023, foram julgados 602 mil processos, 20% a mais se comparando com os resultados de 2022, e que a previsão era julgar 1 milhão de processos em 2024, reduzindo o estoque. O **Sr. Presidente** lembrou que estavam programadas para 2024 cerca de 800 mil revisões de benefícios por incapacidade temporária, o que tinha gerado redução nos valores pagos pelo INSS pelo segundo mês consecutivo. A seguir, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** relatou sua experiência como conselheiro do CRPS e perguntou se cada Estado continuava julgando apenas os seus casos, ao que a **Sra. Ana Cristina Viana Silveira** afirmou que não e que os trabalhos eram virtuais, mas que eram feitos treinamentos abordando a regionalização. Seguiu ilustrando a evolução de recursos protocolados e julgados desde 2017 e segmentou os processos pendentes no CRPS, que somavam 610 mil em agosto de 2024. Tratou dos processos do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que também eram julgados pelo CRPS, explicando que em 2023 foram analisados cinco vezes mais processos do que em 2022 e que a espera passou a ser de menos de um ano, chegando a 10 mil processos em estoque em julho de 2024, contra 63 mil em janeiro de 2023. Declarou que os processos de recursos de compensação previdenciária começariam a ser julgados em 2025, tanto os de alinhamento de fluxo quanto os de adequação sistêmica. Listou os órgãos que participam do processo dos recursos, além do Ministério da Previdência Social (MPS), do INSS e do CRPS, a saber: Secretaria de Regime Geral da Previdência Social (RGPS), Departamento de Perícia Médica Federal (DPMF) e Secretaria de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Por fim, falou que a efetividade no sentido de cumprimento dos acórdãos precisava ser aprimorada, o que deveria ser solucionado com a nova plataforma de julgamento de recursos, onde os acórdãos seriam parametrizados. Iniciando as manifestações, o **Sr. Odair Antônio Bortoloso** parabenizou o trabalho e o **Sr. Hélio Queiroz da Silva** se disse animado com os resultados, elogiando a gestão do Ministro Carlos Lupi. A seguir, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** pediu divulgação do

36 trabalho e dos dados do CRPS. Solicitou que, futuramente, as informações a serem apresentadas nas reuniões do CNPS
37 sejam encaminhadas com antecedência para análise dos membros. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** registrou que as
38 metas orçamentárias do CRPS tinham sido revistas junto com o orçamento, ação fundamental para que os processos
39 julgados sejam quitados. Então, o **Sr. Gerson Maia** concordou com as falas anteriores, insistindo que era preciso divulgar
40 os mecanismos para solicitação de recursos administrativos. Relatou o caso de um beneficiário que teve seu recurso
41 deferido em 2022 e cujo valor ainda não tinha sido pago, ao que o **Sr. Presidente** explicou que a efetivação dos
42 pagamentos era feita pelo INSS, que acumulava diversas filas para pagamento e, à data, enfrentava uma greve. Alertou
43 sobre as empresas que estavam incentivando os trabalhadores a buscarem os benefícios temporários e cobrando para
44 ajudá-los, o que tinha aumentado significativamente a busca pelos benefícios, sobrecarregando o sistema.
45 Complementando, o **Sr. Hélio Queiroz da Silva** mencionou o sistema para emissão de atestados médicos desenvolvido
46 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que ajudaria a inibir os atestados falsos. A **Sra. Ana Cristina Viana Silveira**
47 afirmou que o CRPS trabalhava para evitar as judicializações dos processos, destacando as vantagens dos recursos
48 administrativos, como a especialização dos conselheiros, os custos mais baixos e a isenção de necessidade de advogado.
49 Acrescentou que a questão da demora dos pagamentos e da redução do número de judicializações estavam sendo
50 constantemente debatidas. Ato seguinte, instaurou-se o próximo item de pauta: Análise da evolução dos benefícios por
51 incapacidade temporária. Primeiramente, o **Sr. Presidente** agradeceu o trabalho árduo do Sr. Adroaldo da Cunha Portal
52 com a pauta, que identificou como uma das mais complexas da pasta. Com a palavra, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal**
53 concordou que houve um crescimento significativo no número de solicitações de Benefícios de Prestação Continuada
54 (BPC), o que impactava na capacidade operacional. Ilustrou que, em 2023, foram em média 85 mil requerimentos para
55 perícia médica de BPC por mês, o que chegou a 170 mil em setembro de 2024. Apontou, também, o crescente no número
56 de indeferimentos das solicitações e disse que medidas para conter a situação estavam sendo estudadas. Em seguida, o
57 **Sr. Presidente** arrazoou que o aumento de solicitações era prejudicial para a imagem do INSS, pois fazia com que a fila
58 para atendimento aumentasse novamente, e reforçou que o objetivo era conceder o benefício para quem tem direito.
59 Dando continuidade, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** começou sua fala sobre os Benefícios por Incapacidade (BI),
60 afirmando que não houve a explosão das despesas com o benefício, como foi especulado. Apontou que o aumento de
61 pagamentos em 2023 e 2024 foi decorrente do fim do represamento de casos e afirmou que os gastos de 2024 com o BI
62 atingiu o mesmo patamar dos anos de 2014, 2015 e 2016. A seguir, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** comparou as
63 quantidades de benefícios concedidos e o tamanho do estoque de requerimentos nos doze meses anteriores, destacando
64 o aumento de pagamentos na folha mensal em decorrência do maior número de benefícios que estavam sendo
65 concedidos ainda durante seu período de gozo, e não apenas após a cessação do benefício. Resumiu que o número de
66 benefícios emitidos saltou de 969 mil em setembro de 2023 para 1,7 milhão em julho de 2024, porém, que o estoque caiu
67 de 1,1 milhão para 576 mil, respectivamente, o benefício por incapacidade temporária, representando, aproximadamente,
68 metade deste total. Ainda sobre o benefício por incapacidade temporária, apresentou os dados sobre a duração média
69 dos benefícios de acordo com a forma de concessão, com destaque para o aumento de beneficiários excluídos a partir de
70 julho de 2024 devido à revisão dos benefícios. Diante dos dados apresentados, o **Sr. Presidente** confirmou que o Atestmed

71 estava diminuindo a fila, agilizando os requerimentos e diminuindo o custo, com a redução do número de dias a serem
72 pagos para os trabalhadores. Subsequentemente, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** apontou que o tempo médio do
73 benefício concedido através do Atestmed manteve-se em aproximadamente 60 dias desde a instituição do sistema,
74 demonstrando estabilidade. Ilustrou que as outras formas de concessão, a judicial e a recursal, tinham duração média
75 muito maior do que as demais formas de concessão, chegando a 1.019 dias em julho de 2024. Reforçou que, com o
76 Atestmed, o benefício por incapacidade temporária deixou de ser indenizatório e passou a ser uma substituição de renda,
77 sua real motivação. Avançou comparando as despesas com os benefícios por incapacidade temporária entre 2014 e 2024,
78 com os valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A seguir, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal**
79 argumentou que as revisões que estavam sendo feitas eram criteriosas e não apenas uma tentativa de corte temporário
80 de gastos, como ocorreu entre 2017 e 2018, o que gerou um grande número de judicializações. Prosseguindo, o **Sr.**
81 **Benedito Adalberto Brunca** reforçou que 2024 provavelmente terminaria com os patamares orçamentários de 2014 e
82 comparou a quantidade de créditos emitidos para pagamento de benefícios por incapacidade temporária da última
83 década, que caiu de 19 milhões em 2014, quando eram 71 milhões de filiados no regime geral, para quase 11 milhões em
84 2024, cujo número consolidado de filiados ainda não tinha sido divulgado, mas estimou ficar acima dos 73 milhões.
85 Explicou a mudança de entendimento quanto ao número absoluto de concessões, uma vez que as concessões passaram
86 a ser deferidas independentemente para períodos fracionados, permitindo concessões sucessivas. A respeito do ano de
87 2024, falou que o crescimento do benefício por incapacidade temporária segue a mesma linha de tendência, em
88 quantidade, dos benefícios totais da Previdência Social e listou os valores pagos em benefícios por incapacidade entre
89 janeiro e agosto. Resumiu que a taxa percentual de crescimento mensal de agosto, quanto à quantidade de benefícios
90 emitidos, foi de -4,75% para a incapacidade temporária previdenciária e de -6,87% para a acidentária. Quanto aos valores
91 pagos, a redução foi de -10,69% para os benefícios por incapacidade temporária previdenciária e -12,69% para os
92 benefícios acidentários. Em ambas as comparações, apontou que as demais espécies de benefícios por incapacidade
93 demonstraram estabilidade. Em posse da palavra, o **Sr. Presidente** propôs uma discussão com o INSS para
94 aprofundamento dos dados e insistiu no retorno financeiro gerado pelos investimentos feitos pela Previdência Social na
95 forma dos benefícios. Iniciando as manifestações, o **Sr. Odair Antônio Bortoloso** questionou sobre os trabalhadores
96 afastados por incapacidade e que posteriormente se aposentam, mas continuam com vínculos empregatícios com as
97 empresas pois não podem, por Lei, ser demitidos. O **Sr. Presidente** questionou também os casos de pessoas com
98 deficiência que não buscam emprego para não perderem seus benefícios e apontou subjetividade no conceito de
99 deficiência. Insistiu que a Previdência Social deve ser justa, ao mesmo tempo que tenta coibir golpes. Respondendo à
100 pergunta do Sr. Odair Antônio Bortoloso, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** explicou que a legislação trabalhista não foi
101 alterada, obrigando as empresas a manterem em seu quadro funcionários aposentados por incapacidade, concordando
102 que a questão precisa ser abordada através de adequação legal. Na sequência, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** relatou
103 sua experiência ao visitar uma agência do INSS sem se identificar e sugeriu que fosse repensado o padrão de atendimento
104 que orienta as pessoas a buscarem informações no sistema. O **Sr. Presidente** declarou que estava em desenvolvimento
105 um sistema de atendimento através do aplicativo *WhatsApp*, que facilitaria o atendimento e evitaria o deslocamento. A

106 seguir, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** relatou que presenciou o caso de uma mulher cujo benefício foi negado pelo
107 perito, mas que alegou não ter sido autorizada pelo médico do trabalho a retomar às suas atribuições, sendo orientada a
108 marcar uma nova perícia, o que estava com uma espera de aproximadamente 30 dias. Sobre o caso, o **Sr. Adroaldo da**
109 **Cunha Portal** lembrou que 85% das solicitações de benefícios de auxílio-doença eram deferidas e que a orientação estava
110 correta. Relatou que o objetivo final da automação do sistema da Previdência Social, conforme instituída em 2017, era o
111 fechamento de agências, a redução do número de servidores e, futuramente, a privatização da instituição. Após, o **Sr.**
112 **Hélio Queiroz da Silva** falou sobre o caso de bancos que ganharam lotes grandes para serem pagadores e estavam
113 transferindo as carteiras para lotes menores, que pagam menos para o INSS, pedindo cuidado com a questão e a inibição
114 da manipulação. Ato seguinte, o **Sr. Gerson Maia** indicou que o impacto do resultado do Atestmed na duração dos
115 benefícios por incapacidade temporária judicializados ou que solicitaram recurso administrativo poderia demorar até dois
116 anos para ser percebido devido aos processos em andamento. Contou sobre um caso que presenciou, onde um idoso foi
117 atendido com mais de seis horas de atraso para uma perícia agendada, e somou que poderia ter levado o caso ao Conselho
118 Estadual de Previdência Social do Espírito Santo, mas que ainda não tinha acontecido nenhuma reunião do Conselho,
119 apesar de ter sido estabelecido há mais de dois anos. Então, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** mencionou outros casos de
120 demora dos benefícios judicializados, mas comunicou que o número de judicializações caiu, uma vez que grande parte das
121 solicitações eram feitas por causa da demora dos requerimentos iniciais. Sobre os Conselhos Estaduais de Previdência
122 Social, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** afirmou que estavam ocorrendo tratativas para que voltassem a atuar, além de
123 acrescentar que o Sr. Gerson Maia poderia recorrer ao Gerente-Executivo do INSS em Vitória, no caso, enquanto a **Sra.**
124 **Débora Floriano** disse que as informações apresentadas ajudam a equalizar o atendimento pelo país. Continuamente, o
125 **Sr. Rolando Medeiros** falou sobre a redução do número de funcionários do INSS devido às aposentadorias iminentes e
126 declarou que o programa de bônus incentiva os funcionários a trabalharem de casa e deixa as agências desassistidas.
127 Sugeriu a busca por um mecanismo para funcionamento do INSS que leve em conta as reivindicações dos servidores e as
128 necessidades da população e insistiu que são necessários mais servidores para manter o trabalho da Previdência Social. O
129 **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** concordou com a necessidade de contratação de mais profissionais por meio de concursos
130 públicos. Ato contínuo, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** perguntou quanto tempo estava demorando o deferimento da
131 aposentadoria para os casos das pessoas cujos requisitos foram cumpridos de acordo com o simulador do portal Meu
132 INSS. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** lembrou que se trata de uma simulação, porém os resultados costumam ser
133 assertivos, e que o deferimento pode ser feito até no mesmo dia da solicitação, se todos os dados estiverem atualizados
134 e não houver ressalvas no cadastro. Na sequência, o **Sr. Rafael Baldi da Silva** mencionou a decisão anunciada no dia
135 anterior de aumento da taxa da Selic, parâmetro utilizado para determinação do teto da taxa de juros do empréstimo
136 consignado, questionando quando o assunto seria abordado no CNPS. Em réplica, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal**
137 informou que consultaria o Ministro Carlos Lupi, que tinha se ausentado da reunião, a respeito da dúvida, mas que,
138 possivelmente, seria debatido no Grupo de Trabalho que tratava dos consignados. **Por fim**, o **Sr. Odair Antônio Bortoloso**
139 perguntou qual o ano de referência dos precatórios que estavam sendo pagos, ao que o **Sr. Benedito Adalberto Brunca**

140 disse que a lista era elaborada pelos tribunais regionais e que o ano variava e o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** explicou que
141 dependia da data do julgamento final.

142 **III – ENCERRAMENTO**

143 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** deu por encerrada a 307ª
144 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado,
145 eu, Thalyta Caroline, Coordenadora de Apoio Administrativo, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será
146 aprovada pelo Colegiado. Brasília, 19 de setembro de 2024.